

## Capítulo 6

### 1982 - A CRISE EXTERNA

#### Mentiras, medos e milagres em 1981

No final de 1980, quando a mudança da política econômica levou os economistas da oposição e os empresários a alertar contra uma recessão econômica, os ministros econômicos garantiram que tal não aconteceria, nem era o objetivo. Mas ao mesmo tempo continuaram a praticar uma política monetária deliberadamente recessionista. Quando a recessão se tornou definida (mas não evidente), a partir de abril, os ministros continuaram a negá-la. E os empresários atrelados ao governo aceitaram o diagnóstico (falar em recessão seria estar contra o governo . . .), ao mesmo tempo que continuavam a condenar uma “eventual” recessão.

Quando, por volta de agosto, a recessão se tornou absolutamente evidente, com a produção industrial despencando, os índices de desemprego alcançando taxas socialmente dramáticas, as vendas varejistas caindo sistematicamente, todos (menos o próprio governo) aceitaram que estávamos diante da mais grave recessão da história industrial deste país. Os economistas ortodoxos trataram, então, de justificá-la em termos de benefícios que estaria trazendo para a queda da taxa de inflação e para o saldo da balança comercial. E os empresários, que tanto falavam contra a recessão, esqueceram seus argumentos (falar contra a recessão seria estar contra o governo . . .). Preferiam passar a falar nas perspectivas de recuperação da economia. Os ministros, entretanto, continuavam recusando-se a falar em re-

cessão, embora admitissem um “desaquecimento setorial” . . . E repetiam juras de que seu único objetivo era garantir o desenvolvimento do País, os lucros dos capitalistas e o emprego (e os salários!) dos trabalhadores.

Vivemos assim o ano de 1981, em um clima de mentiras reiteradamente afirmadas por uns e medrosamente aceitas por outros.

Apenas os economistas da oposição (além dos próprios números) continuavam a afirmar que a recessão estava em marcha. Estava claro para eles que a política econômica era incompetente e que havia alternativas de política econômica capazes de evitar a recessão generalizada que estava acontecendo. Aperto de cintos e sacrifícios setoriais seriam inevitáveis, já que a crise econômica brasileira tem caráter distributivo, a produção sendo menor do que a renda. Mas nada justificava a recessão generalizada e indiscriminada desencadeada em 1981.

Nesse sentido, enquanto o governo insistia em uma política estritamente monetária de combate à inflação, ia tornando-se cada vez mais claro que a causa imediata da crise econômica no plano interno era essencialmente fiscal, já que o impasse distributivo desembocava no déficit do orçamento global do Estado.

Estávamos nesse ponto da história (ou estória?), toda a Nação preocupada em saber como sair da recessão e voltar a crescer, quando, de repente, descobrimos que todos os nossos problemas estavam resolvidos. O milagre da multiplicação dos peixes afinal se repetia. O ministro Ernane Galvêas corrigia antecipadamente os erros que a Fundação Getúlio Vargas cometera no cálculo do crescimento do PIB (seus cálculos serão concluídos e divulgados em fevereiro) e, através da criativa análise de ponderações, índices de preço e taxa de crescimento setoriais, descobria que o Produto Interno Bruto brasileiro afinal crescera 3,1% em 1981.

Viva! Podemos todos ir para a praia ou para novas pescarias. Enquanto isso a Fundação Getúlio Vargas continuará a realizar seus cálculos com a seriedade que falta ao governo. E quando voltarmos das férias milagrosas nos defrontaremos com a dura realidade da crise e da incompetência, do medo e da mentira. (12/01)

### **Crise fiscal e tributação**

A crise econômica brasileira é uma crise distributiva que se reflete em uma crise fiscal e em uma crise financeira. Crise dis-

tributiva significa que as expectativas em termos de renda de capitalistas, classes médias tecnoburocráticas e trabalhadores são maiores do que a produção. A partir de 1974 a economia entrou em fase de desaceleração cíclica, devido à superacumulação de capital ocorrida no período anterior e ao primeiro choque do petróleo. A partir daquele momento os rendimentos deviam reduzir-se relativamente. A inconformidade com essa redução relativa do excedente e, conseqüentemente, dos lucros, ordenados e salários levou à crise distributiva.

A crise distributiva “se resolve” (e se agrava) através da crise fiscal e da crise financeira. Para evitar a redução relativa de seus rendimentos as classes pressionam o Estado, que, através da sua política econômica (a) propicia o endividamento externo e (b) aumenta suas despesas e subsídios, entrando em déficit que irá definir a crise fiscal. Este déficit orçamentário do Estado, na medida em que é coberto por endividamento interno, agrava a crise financeira; a alternativa é a emissão de moeda, com efeitos imediatamente inflacionários.

Para enfrentar a crise financeira e a crise fiscal, o Estado decide, então, cortar suas próprias despesas e o volume de crédito (e de moeda). Como é mais fácil do ponto de vista político reduzir a quantidade de moeda, esta alternativa foi privilegiada a partir de meados de 1980, ao mesmo tempo que se aumentava o endividamento interno de forma explosiva. O resultado foi a recessão. Uma recessão gravíssima, na qual estamos ainda imersos, mas que manteve a crise financeira e a crise fiscal intactas, na medida em que não logrou nem longinquamente resolver o desequilíbrio orçamentário.

A alternativa seria, de um lado, reduzir despesas e subsídios e, de outro, aumentar os impostos. Sobre a redução das despesas do Estado fala-se muito, mas o raio de manobra do governo é pequeno. O único setor onde se poderia reduzir gastos de maneira efetiva seria na faixa dos subsídios creditícios, mas o governo revelou claramente não ter coragem política para tanto ao não seguir a própria opinião dos seus técnicos a respeito no final de 1981.

Quanto ao aumento dos impostos muito há por fazer, mas novamente é preciso uma legitimidade e uma coragem política que o governo não possui.

É claro que existe uma campanha sistemática por parte das classes dominantes afirmando que a carga tributária no Brasil é muito elevada. Não é verdade. Nossa carga tributária é

baixa de acordo com padrões internacionais. Ela só é pesada para as classes médias assalariadas, sobre as quais pesa principalmente o Imposto de Renda, e certamente para os trabalhadores, devido à importância dos impostos indiretos. Mas para os capitalistas, beneficiados inclusive por um sem-número de isenções e incentivos, ela é leve.

Falou-se muito no início deste governo em tributar ganhos de capital e heranças, mas isto já colaborou para a queda de um ministro. E agora um competente assessor do ministro do Planejamento, especializado em finanças públicas, acaba de se desligar porque declarou à imprensa que o governo estudava a tributação de ganhos de capital.

Sem dúvida não é a melhor hora para se falar em aumentar impostos quando estamos em plena recessão. A carga tributária fica inclusive relativamente muito mais pesada nessas ocasiões, dada a queda da taxa de lucro. Mas não há dúvida de que a necessária recuperação da economia deverá ser acompanhada de aumento de impostos – aumento este que pesará muito menos dado o crescimento da taxa de lucros. Caso contrário, jamais encontraremos a solução da crise fiscal, que está no centro da crise brasileira. (19/01)

### A troca dos parvos

O recrudescimento da taxa de inflação nestes primeiros três meses do ano é uma demonstração cabal da inadequação da política monetarista colocada em vigor no Brasil no final de 1980. De janeiro a março de 1982 a inflação acumulada foi de 21,8%, diante de 24,1% em igual período do ano anterior. Anualizando-se este resultado, ou seja, projetando-se a inflação destes três meses para o ano, temos 120,1% de inflação. Definitivamente, um resultado lamentável.

Mas é especialmente lamentável se a pequena redução na taxa de inflação for comparada com a grave recessão que atingiu este país em 1981. Pela primeira vez desde 1929 tivemos uma taxa de crescimento da renda nacional negativa: pelo menos 3,7%. Se um crescimento razoável para períodos de crise for 3,5% (cerca da metade da taxa média de crescimento dos últimos trinta anos), a perda para o País foi de pelo menos 7%.

Sem dúvida, em economia, mais do que em qualquer outra área, é preciso pensar em termos de trocas, de *trade-offs*. Nada é gratuito neste mundo e geralmente é preciso sacrificar alguma coisa para se obter outra.

Mas a troca que os economistas governamentais propuseram ao País – recessão em troca de redução da taxa de inflação (e equilíbrio da balança comercial) – não parece ter sido das mais razoáveis. Em uma troca é preciso perder de um lado para ganhar do outro. No caso da troca de recessão por queda na taxa de inflação, se admitirmos que através de um efetivo controle seletivo de importações estas poderiam ser reduzidas, fica óbvio que apenas perdemos: fizemos a clássica troca dos parvos.

Esse resultado já estava previsto por quem conhece o caráter oligopolista e cartelizado das economias modernas. A inflação só sofreu uma queda razoável no último trimestre de 1981 graças à existência de um setor competitivo, principalmente a agricultura, que suportou o principal ônus da política monetarista. Enquanto os setores oligopolistas aumentavam seus preços muito mais do que a inflação, os setores competitivos, formados por pequenas e médias empresas inclusive agrícolas, eram obrigados a aumentar muito menos seus preços.

Agora tudo indica que esses setores competitivos, que sofreram uma grande perda em termos de preços, estão procurando elevar seus preços e recompor suas margens como condição de sobrevivência. Com base nos dados do primeiro bimestre do ano devidamente atualizados, verificamos que alguns setores competitivos como os tecidos e vestuários e a indústria metalúrgica tiveram grandes crescimentos de preços (142 e 134% respectivamente), enquanto setores oligopolizados como veículos e eletrodomésticos apresentavam crescimentos menores (77 e 40% respectivamente).

Não pretendo com isso dizer que uma recessão não possa liquidar com a inflação. É claro que pode. Mas em uma economia como a brasileira, que além de cartelizada é amplamente indexada, a eficiência desse remédio é muito pequena. É preciso uma recessão muito forte e muito prolongada, ou seja, uma depressão, para que as margens de lucro e os preços caiam.

Resta saber agora se da recessão iremos para a depressão. Tudo indica que afinal chegamos ao fundo do poço. Há sinais de que a economia começa a se recuperar graças a seu próprio dinamismo. Mas se essa recuperação for obstada em nome novamente do combate à inflação, entraremos em depressão.

Já fizemos uma troca dos parvos, não é o caso de fazer outra: perdermos muito em troca de muito pouco. Mas para evitar isso é preciso encontrar novas formas de combater a inflação e

equilibrar a balança comercial compatíveis com a necessária retomada do crescimento econômico. Essas formas existem. Infelizmente, entretanto, não parece que os economistas oficiais e aqueles empresários que lhes dão obediente apoio tenham capacidade ou condições políticas para formulá-las e pô-las em prática. (06/04)

## **Política industrial e de exportação**

Uma política industrial hoje no Brasil, ao contrário do que ocorria há trinta anos, só pode ser uma política de exportação. Não obstante, ainda que fale vagamente em prioridade às exportações, à agricultura e à substituição de petróleo, na verdade o governo limita-se a embarcar em uma suicida política monetarista que leva o País à recessão, não resolve a crise fiscal (porque o déficit do orçamento federal continua imenso) nem abre perspectivas de solução para o futuro.

Ora, as perspectivas para o futuro no Brasil dependem fundamentalmente do êxito de nossas exportações de manufaturados. Quando, no início dos anos 50, se definiu pela primeira vez uma política industrial no Brasil, a prioridade era a substituição de importações, não as exportações. Estávamos certos então. Havia uma reserva de mercado e uma reserva de mão-de-obra a serem aproveitadas pela indústria nacional, independentemente do fato de que os custos internos fossem superiores aos externos. Bastava proteger tarifariamente a indústria local. O problema econômico fundamental não estava na eficiência da produção, mas no aproveitamento do mercado interno existente e na utilização da força de trabalho desempregada ou subempregada.

Trinta anos depois, a situação é completamente diversa. Uma política industrial no Brasil terá de ser necessariamente uma política de exportação.

Essa política industrial deverá privilegiar aquelas indústrias que têm potencial exportador (porque aproveitam nossas vantagens comparativas) ao mesmo tempo que garantem que caminhemos para o pleno desenvolvimento tecnológico.

Essas indústrias já estão instaladas no Brasil. São, entre outras, a indústria de bens de capital (principalmente sob encomenda), cuja impressionante 14ª Feira de Mecânica Nacional acaba de encerrar-se no Anhembi; a indústria eletrônica, que está tendo um desenvolvimento extraordinário nos anos recentes; a indústria aeronáutica (a Embraer acaba de produzir –

e exportar – o 400º Bandeirante). Ou seja, são indústrias trabalho-intensivas, mas tecnologicamente sofisticadas.

São essas as indústrias sobre as quais se deveria concentrar a política industrial e de exportação do Brasil. A política industrial teria como objetivo facilitar que essas indústrias alcançassem a eficiência produtiva e, portanto, a competitividade internacional necessária para exportar muito mais do que já exportam.

Existe uma falsa crença na correlação direta entre tecnologia sofisticada e capital-intensividade, tecnologia simples e trabalho-intensividade. Aquelas indústrias trabalho-intensivas e tecnologicamente de ponta são uma prova do erro dessa visão. E apontam o caminho para que possamos resolver o nosso estrangulamento externo e voltar a crescer.

Não há dúvida de que uma política industrial e de exportação desse tipo enfrenta muitos obstáculos. Há um crescente protecionismo em todo o mundo, e os países importadores do Brasil nos pressionam devido aos nossos subsídios à exportação. Mas não há política econômica que não tenha de vencer dificuldades.

O importante é que já estamos exportando fortemente manufaturados e já dispomos dos ativos básicos para levar adiante uma política de médio prazo nesse sentido. Temos mão-de-obra de boa qualidade, temos engenheiros, empresas e instituições de pesquisa com capacidade de absorver e, em seguida, elaborar a tecnologia estrangeira. O que está faltando é visão do futuro e capacidade de enfrentar os problemas com determinação.  
(27/04)

## **Violência monetária contra o mercado**

A crise da economia mundial tem uma causa em comum com a crise da economia brasileira: a incapacidade dos formuladores de política econômica de compreender as mudanças estruturais por que passaram as economias capitalistas no século XX. Em conseqüência, insistem em uma terapêutica monetarista conservadora, que seria válida para o capitalismo competitivo, mas absolutamente inadequada para o capitalismo monopolista tecnoburocrático que caracteriza as formações sociais contemporâneas.

O paradoxal do processo todo, entretanto, está no fato de que essa terapêutica, baseada fundamentalmente no controle rígido da oferta de moeda e na elevação deliberada da taxa de ju-

ros, consiste em uma violência ao mercado – esse mesmo mercado que os economistas e banqueiros conservadores, aqui e lá, pretendem seja capaz de controlar automaticamente a economia, simplesmente através do funcionamento da lei da oferta e da procura.

A crise da economia mundial é gravíssima. A última previsão da OCDE para os 24 países desenvolvidos que a compõem é de que o crescimento médio do PNB em 1982 será de 0,25%. Há seis meses, esperava-se 2%. Em 1981, o crescimento desses países foi de apenas 1,2%. A crise financeira é generalizada. Segundo o Banco de Amsterdã-Roterdã, 26 países estão com seus pagamentos em atraso. Os índices de endividamento são altíssimos. Os Estados Unidos perderam o controle da economia mundial desde o início dos anos 70. A ameaça de uma bancarrota geral é cada vez mais grave.

É claro que essa crise tem causas estruturais, relacionadas com a dinâmica dos ciclos longos (de aproximadamente cinquenta anos). Depois da grande expansão do pós-guerra, era natural uma desaceleração.

Mas essa desaceleração está sendo agravada pela política econômica monetarista. A grande expansão do pós-guerra foi realizada sob a orientação de políticas econômicas keynesianas. Quando essas políticas, baseadas na administração da demanda agregada, começaram a apresentar dificuldades, revelando-se incapazes de controlar perfeitamente a inflação e de equilibrar os balanços de pagamentos, essas políticas entraram em descrédito. A maior acusação contra elas foi a de recorrerem ao mecanismo de *stop and go*, de travar e acelerar a economia alternadamente.

Mas, em vez de perceberem que esse mau funcionamento das políticas keynesianas era derivado da crescente oligopolização da economia, que impedia o funcionamento das leis do mercado e exigia uma política administrativa adicional de controle de preços, salário, juros e câmbio, para ajustá-los a seus valores de mercado, banqueiros e economistas conservadores decidiram que o problema estava na incapacidade dos governos de manter uma política recessiva, de *stop*, por tempo suficiente. Em consequência, há mais de dois anos começou nos Estados Unidos, e há mais de um ano no Brasil, uma política recessiva de longa duração.

Essa política de restrição monetária a longo prazo, quando a economia já se encontra em recessão, mantém as taxas de ju-

ros elevadas artificialmente e, assim, impede a retomada da economia. Em um mundo em que sobra dinheiro, devido à necessidade de reciclagem dos petrodólares, a taxa de juros nunca foi mais alta. Realmente, estamos diante de uma violência contra as leis do mercado, realizada pelos seus mais fiéis defensores. Os responsáveis são economistas e banqueiros de visão curta. A vítima é a economia mundial, ameaçada pela depressão. E é claro que nós, no Brasil, estamos nesse mesmo barco. Temos os algos locais e somos a própria vítima. (18/05)

### **Ideologia do mercado e política econômica**

Durante o ano de 1981, os empresários brasileiros permaneceram inermes diante da ortodoxia monetarista recessiva praticada pelo governo em matéria de política econômica. Em consequência, tivemos a mais grave recessão da história industrial do País.

Sem dúvida, houve manifestações contra a recessão. No começo de 1981, os empresários davam entrevistas e entrevistas jurando ser contra a recessão, ao mesmo tempo que se recusavam a ver que o governo, sob pressão dos banqueiros internacionais, praticava uma política econômica deliberadamente recessiva. Quando, a partir de abril, se foi tornando evidente a recessão, o jogo mudou: governo e empresários, estes com algumas raras exceções, passaram a negar que houvesse recessão. Em torno de julho, entretanto, a recessão estava tão clara que o governo se calou e os empresários passaram a justificar a situação do mercado e a falar na inevitabilidade da recessão para resolver os problemas da inflação e do balanço de pagamentos.

Essa passividade dos empresários diante de uma política claramente danosa aos interesses do País explica-se por uma série de fatores.

Uma causa geralmente lembrada é a dependência e subordinação dos empresários ao governo. Em nome do liberalismo, eles podem falar contra uma entidade relativamente abstrata como o Estado (o próprio governo, cúpula dirigente do Estado, também o faz), mas arrepiam-se diante da mera idéia de criticar o governo. Essa causa é verdadeira, mas não é a principal. Já existem muitos empresários com autonomia para criticar o governo.

Uma segunda causa tem caráter conjuntural. Durante o ano de 1980 foi praticada no Brasil uma política expansionista

oposta às recomendações recessivas da ortodoxia conservadora. Essa política foi desastrosa sob todos os pontos de vista e desmoralizou as soluções administrativas, baseadas não apenas no controle indiscriminado da moeda mas também no controle seletivo das despesas do Estado, no controle seletivo das importações, no controle administrativo dos preços das mercadorias, da taxa de juros, da taxa de câmbio e da taxa de salários (os quatro preços de qualquer economia). É claro que o fracasso da política resultou dos erros cometidos, e não da inviabilidade de uma política administrativa. Mas isso não foi percebido pelos empresários.

Essa incapacidade dos empresários de perceber que a política econômica de 1980 falhou devido a erros clamorosos, e não porque uma política econômica administrativa é incapaz de resolver os problemas do País, nos conduz à terceira e fundamental causa para a passividade dos empresários diante da ortodoxia conservadora monetarista: esse tipo de política econômica, embora rigorosamente ineficiente, é o único plenamente compatível com a ideologia burguesa do liberalismo econômico.

Há mais de cem anos foi detectado o caráter ideológico e anticientífico da teoria econômica liberal; há quase cinquenta anos, Keynes demonstrou a impossibilidade de o mercado controlar a economia automaticamente. Mas a ortodoxia neoclássica, que prega a recessão (e o “livre funcionamento das forças do mercado”) para resolver as crises, acaba sempre renascendo das cinzas, exatamente porque o mercado, a lei da oferta e da procura e o sistema de preços, muito mais do que simples instituições econômicas, são um sistema de crenças, representam o próprio cerne da ideologia burguesa, são a base da sua legitimidade política. A afirmação sistemática de que só uma economia de mercado é compatível com a democracia é a melhor ilustração desse fato.

Dessa posição ideológica fundamental, que atinge tanto os empresários locais quanto multinacionais, para a adoção de políticas econômicas monetaristas é um passo quase automático. Não importa que, diante da oligopolização da economia, os resultados dessas políticas sejam cada vez mais negativos, como ficou demonstrado recentemente, de um lado, no Chile de Pinochet e na Argentina de Videla e, de outro, na Inglaterra de Thatcher e nos Estados Unidos de Reagan e Volcker. Os empresários e seus economistas simplesmente não vêem outra alternativa. Não percebem que uma política econômica de curto prazo

basicamente keynesiana, somada a uma administração cuidadosa (para evitar distorções, violências à lei do valor) dos quatro preços fundamentais do sistema econômico e a uma estratégia de planejamento econômico a médio prazo, poderá ter resultados muito superiores aos das políticas econômicas monetaristas.

Trata-se, obviamente, de uma cegueira ideológica que está custando caro ao País e aos próprios empresários. Não é recusando compreender a natureza do capitalismo monopolista e tecnoburocrático dos nossos dias que o Brasil será capaz de retomar o desenvolvimento nos quadros de uma verdadeira democracia. (*Senhor*, nº 66, 23/06)

### O momento para renegociar a dívida

A renegociação da dívida externa brasileira só ocorrerá quando começar a se constituir uma espécie de consenso entre credores e devedores a respeito da necessidade ou inevitabilidade dessa renegociação. Ora, tudo indica que esse relativo consenso está começando a se estabelecer. É possível, portanto, prever que o Brasil, dentro de um prazo relativamente curto, deverá promover ou solicitar o reescalonamento dos seus débitos.

Nesse processo, entretanto, a escolha do momento exato é fundamental. Se o Brasil se antecipar à tomada de consciência por parte dos banqueiros internacionais da inevitabilidade da renegociação, esta assumirá o caráter de uma declaração de moratória. Será, portanto, uma medida de caráter unilateral, que provocará violenta reação dos nossos credores e graves problemas para a economia brasileira. Veremos paralisada parte considerável de nossas importações, e nossas exportações enfrentarão graves prejuízos. Em contrapartida, se deixarmos o barco correr até o momento em que a situação de insolvência ou de ruptura de caixa se caracterize, serão os nossos credores que ditarão touas as condições da renegociação. Os prejuízos para o Brasil serão incalculáveis.

Dada a paralisação do Estado, cuja política econômica há muito se tornou mero fruto das pressões e contrapressões internas e externas, o mais provável é que ocorra a última alternativa. O problema não é de mera incompetência das autoridades econômicas. Competência ou incompetência em matéria de política econômica é algo muito relativo. A administração de nossa dívida externa tem sido particularmente ineficiente, na medida em que reduziu nossas reservas para níveis relativos muito baixos. Mas o problema fundamental está na falta de possibilidade

de agir, dadas as restrições econômicas e políticas impostas pela crise atual.

Caso, entretanto, seja possível vencer essa inércia, a solução ideal é propor a renegociação um pouco antes de esta se tornar uma imposição do próprio sistema financeiro internacional. Ora, tudo indica que estamos muito próximos ou já chegamos a esse momento.

De fato, no Brasil já começa a se formar um consenso sobre a inevitabilidade da renegociação. Uma tese que há pouco era considerada radical, agora está sendo adotada por grande parte do "stablishment" brasileiro. E é possível que para os próprios banqueiros internacionais seja melhor uma atitude firme do Brasil do que deixar a situação continuar a deteriorar-se.

Renegociar significará fundamentalmente reescalonar a dívida. É tolice pensar em redução na taxa de juros. Isto só acontece em caso de quebra nacional, como ocorreu com a Polônia, quando não restava outra alternativa aos credores.

É importante, entretanto, lembrar que a renegociação da dívida é desejável, especialmente na medida em que o Brasil recupere a autonomia de sua política econômica, hoje atrelada à dívida externa. Mas nesse momento não é possível deixar de fazer uma pergunta: autonomia para quê? Autonomia só vale a pena quando se souber o que fazer com ela. Ora, definitivamente não é este o caso, seja em relação ao governo, seja em relação aos empresários que ainda o apóiam. A crise paralisou todos.

Em qualquer hipótese é preciso ficar claro que a renegociação da dívida não é nenhuma panacéia. O máximo que conseguiremos é reescalonar a dívida e ganhar um pouco mais de poder de manobra sem pagar maiores juros. Em última análise, só vale a pena tomarmos a iniciativa de solicitar a renegociação para que nossos credores não o façam por nós. (*Gazeta Mercantil*, 05/08)

## **A nacionalização dos bancos mexicanos**

A nacionalização do sistema bancário mexicano é mais uma demonstração da necessidade de controles rígidos sobre o sistema financeiro de cada país no mundo monetariamente conturbado em que vivemos. Conduzir a política econômica de um país de forma razoavelmente segura, sem o firme controle de taxa de câmbio, da quantidade de moeda e da taxa de juros é completa insanidade.

Ora, no México o que vinha ocorrendo era exatamente um radical descontrole do sistema financeiro. Ao contrário do que acontece no Brasil, onde o Banco Central mantém um controle cerrado das instituições financeiras, no México estas gozavam de grande liberdade, nos quadros de uma política econômica liberal clássica. Os bancos podiam inclusive receber depósitos em dólares. Não havia efetivo controle nem da taxa de juros nem da taxa de câmbio.

Esta foi-se tornando cada vez mais valorizada, já que a taxa de inflação interna era maior do que a externa, enquanto a taxa de câmbio se mantinha fixa. Esta política era viável graças às exportações de petróleo, mas liquidou as demais exportações mexicanas.

A partir desse erro básico de política econômica, somado a um grande endividamento externo baseado em uma previsão de que o preço do petróleo continuaria a subir, desencadeou-se a crise.

Diante da impossibilidade de pagar seus compromissos, o governo mexicano solicitou a renegociação da dívida ao mesmo tempo que tomava medidas de emergência para controlar o sistema financeiro interno. É claro, entretanto, que estas medidas não devem ter funcionado. Não é de uma hora para outra que se tomam medidas de controle efetivo do sistema financeiro de um país. No Brasil, esse processo já vem ocorrendo há muitos anos, com o apoio do grande aparelho administrativo do Banco Central, e mesmo assim é deficiente.

Diante do provável fracasso das medidas de curto prazo para controlar o sistema bancário, o governo mexicano decidiu pelo extremo: nacionalizou os bancos. Foi de oito para oitenta. Foi a maneira que encontrou para tentar controlar o sistema.

É claro que podem ter concorrido para essa decisão motivos de ordem política. O governo mexicano pode também ter pretendido dar uma satisfação a seus cidadãos. Mas é preciso lembrar que esse governo é politicamente forte e que as eleições foram realizadas naquele país há pouco sem maiores problemas para o Partido Revolucionário Institucional.

Esse tipo de explicação é atrativo para os neoliberais ou monetaristas, que procurarão enganar-se a si mesmos com ela. Será difícil para eles admitir que foi a falta de controle sobre o sistema financeiro interno, em um momento de crise, quando esse controle se tornou essencial, que levou o governo mexicano a nacionalizar os bancos.

Na verdade, em relação ao Brasil, não deixa de ser paradoxal que a maior garantia que esses neoliberais têm, de que também os bancos daqui não serão nacionalizados em uma crise, reside no fato de que os controles que o Estado exerce sobre o sistema já são grandes e razoavelmente efetivos. Esta é provavelmente a maior lição da nacionalização dos bancos mexicanos. (02/09)

## **A provável inevitabilidade da renegociação**

Há poucas dúvidas de que o Brasil caminha para a renegociação da sua dívida externa. Renegociaremos, entretanto, nas piores condições, sem possibilidade de estabelecer os termos básicos do reescalonamento da dívida.

As recentes medidas tomadas pelo governo, principalmente a elevação do depósito compulsório de 35 para 45%, imediatamente em seguida à reunião do Fundo Monetário Internacional, são uma tentativa de aplacar os banqueiros internacionais e evitar a medida. O governo brasileiro, incapaz de definir uma política econômica alternativa, aprofunda sua política recessiva de ajustamento do balanço de pagamentos, subordinando-se inteiramente aos banqueiros internacionais. O presidente do Banco Central foi meridianamente claro quando declarou: "A elevação do compulsório é uma medida para quebrar as expectativas inflacionárias e dar sinal à comunidade internacional de que o Brasil está disposto a adotar uma política de austeridade para solucionar seus problemas de balanço de pagamentos". Entretanto, apesar dessas medidas, é pouco provável que o Brasil possa evitar um pedido de renegociação. A dificuldade que o País está encontrando neste ano para fechar seu balanço de pagamentos é muito grande. Por outro lado, nossas necessidades de dólares só tenderão a aumentar nos próximos anos, dado o grande déficit em transações correntes que os serviços e os juros nos impõem.

Por que então ouvimos insistentemente declarações contra a renegociação, quando ela se vai tornando cada vez mais inevitável? Isto acontece porque os entrevistados são geralmente banqueiros internacionais, banqueiros nacionais e membros do governo. Ora, só em último caso essas pessoas farão declarações a favor da renegociação, ainda que estejam percebendo sua inevitabilidade: os banqueiros internacionais, porque querem continuar recebendo pontualmente seus créditos; os banqueiros

nacionais, porque precisam renovar e aumentar seus débitos; e o governo, porque, mesmo que esteja planejando solicitar a renegociação, só poderá declará-lo no momento da decisão, jamais antes.

Quem poderia prever e eventualmente sugerir a renegociação são os analistas independentes. O objetivo não seria deixar de pagar a dívida, mas simplesmente providenciar a renegociação em um momento ainda relativamente favorável para o País, no qual suas reservas não estivessem ainda esgotadas. É isto que os economistas da oposição vêm fazendo a tempo. Mas é isto que outros economistas que também seriam independentes se recusam a perceber. Revelam assim uma miopia congênita que os impede de perceber o que está ocorrendo. Em vez de usar seus instrumentos de análise econômica para avaliar quais as possibilidades reais que o Brasil tem de não ser obrigado a renegociar a dívida, e assim orientar as ações do governo, preocupam-se em “demonstrar” as conseqüências catastróficas de uma renegociação.

Não há dúvida de que renegociar a dívida em situação de ruptura de caixa será o pior que nos poderá acontecer. O melhor seria continuarmos a girar a nossa dívida, sem ao mesmo tempo nos subordinarmos a políticas recessivas dos banqueiros internacionais. Entretanto, como tudo indica que essa alternativa não é viável, a outra alternativa é a de (1) definirmos uma política econômica austera, que assegure equilíbrio da balança comercial através de medidas de controle administrativo das importações e de recessão setorial em vez de recessão generalizada (já que só faz sentido recessão para os setores com alto coeficiente de importações); e ao mesmo tempo (2) darmos uma demonstração de força (e não de fraqueza, como estamos fazendo), exigindo da comunidade financeira internacional o reescalonamento da dívida e garantias de que continuaremos a ter os recursos necessários para manter a economia brasileira funcionando.

O importante, no momento, para os economistas e empresários independentes é fazer uma avaliação objetiva das tendências do endividamento externo brasileiro e do sistema financeiro internacional. Se o endividamento só tende a aumentar e se o sistema financeiro internacional, amedrontado pelas recentes quebras, só tende a se fechar, não resta outra alternativa para o Brasil senão tomar providências em tempo hábil para minimizar seus prejuízos. O único problema é saber se há ainda tempo para isso. (*Gazeta Mercantil*, 01/10)

## **Duas formas de renegociação**

Há duas formas de renegociação da dívida externa: ou renegociamos nos nossos termos, ou renegociamos nos termos determinados por nossos credores. Em uma lamentável demonstração de incompetência e timidez – não obstante a altivez do discurso do presidente Figueiredo na ONU –, nossas autoridades monetárias optaram há tempo pela segunda alternativa.

Para os economistas da oposição, renegociar a dívida significa uma medida preventiva de caráter unilateral: a partir do diagnóstico de que caminhávamos inapelavelmente para a insolvência internacional, economistas como Maria Conceição Tavares afirmaram, pelo menos desde 1977, que deveríamos unilateralmente assumir a iniciativa da renegociação da dívida, reescalando nossos vencimentos. Com essa medida, arriscada mas viável, o objetivo era ganharmos graus de liberdade para realizarmos uma política econômica austera mas não recessiva, que mantivesse o nível de emprego no País.

Os economistas do governo e os banqueiros locais sempre recusaram essa alternativa. Intimidados, queriam continuar a rolar a dívida, como se isso fosse possível eternamente. Ora, dados (1) o alto nível de nosso endividamento, (2) a elevação das taxas de juros em 1979 e (3) a contínua deterioração de nossas relações de troca desde 1977, há muito ficara claro que isso não seria possível.

Para girar a dívida, o governo, apoiado nos banqueiros locais e em alguns líderes industriais irresponsáveis, passou, a partir do final de 1980, a realizar uma política recessiva ortodoxa ou monetarista, baseada em altos juros e cortes de investimentos públicos. Começava assim a renegociação da dívida nos termos dos nossos credores. Agora, quando nossas reservas internacionais praticamente se esgotaram, o governo ensaia medidas ainda mais drásticas de recessão econômica generalizada para obter a confiança dos banqueiros internacionais. Estamos, portanto, em pleno processo de renegociação perversa de nossa dívida.

A quebra de caixa do Brasil ainda não aconteceu – e talvez não aconteça – porque o sistema financeiro internacional também depende desesperadamente de que continuemos a pagar normalmente nossos débitos. Mas – com ou sem quebra de caixa – é difícil imaginar perspectivas piores para a economia brasileira em 1983 com as medidas de recessão generalizada, com as quais o governo nos ameaça. Já estamos há dois anos em recessão. A recuperação do início deste ano foi fugaz e já se

esgotou. Como era esperado, a recessão nada resolveu. Apenas criou desemprego, levou empresas à falência e atrasou a absorção de tecnologia moderna por nossa indústria. E, no entanto, o governo insiste obsessivamente em medidas ainda mais recessivas. Na Argentina, o chefe da delegação do FMI teve um acesso de bom senso e acaba de afirmar que naquele país mais recessão nada resolverá. Nós, entretanto, ainda não estamos satisfeitos.

É claro que nossas autoridades econômicas e os empresários e economistas que a elas se subordinam apresentam essa política econômica como “a única alternativa diante da crise internacional”. Não vou repetir que esse é o raciocínio dos tímidos e dos fracos. Que são possíveis medidas austeras (porque da austeridade e dos sacrifícios não podemos escapar) mas não recessivas. Pelo menos que não sejam recessivas em relação às atividades que não dependem de importações.

É inútil insistir em que não faz sentido algum penalizar as atividades com baixo coeficiente de importações através de medidas recessivas generalizadas. E já não adianta mais falar em renegociação da dívida nos nossos termos, porque agora provavelmente já é tarde. Só faz sentido tomar a iniciativa da renegociação da dívida com caixa alta, e nossas reservas, até de petróleo, estão esgotando-se.

Resta-nos, portanto, aguardar os acontecimentos e ver a crise aprofundar-se. Além de uma crise econômica e financeira, será a crise do medo e da irresponsabilidade social. (05/10)

## **As condições para o acordo com o FMI**

Estamos finalmente, e oficialmente, renegociando nossa dívida com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Já há alguns anos – pelo menos desde 1979 – ficara claro que a renegociação de nossa dívida externa seria inevitável. A expectativa de girar a dívida indefinidamente deixara de ser realista devido ao caráter autônomo do nosso próprio endividamento, que, dado seu alto nível, tendia a crescer em ritmo de bola de neve. Em 1979, no entanto, o segundo choque do petróleo, acompanhado de grave deterioração de nossas relações de troca, e a elevação das taxas de juros internacionais tornaram a inevitabilidade da renegociação ainda mais clara.

Naquela época tínhamos condições de negociar de caixa alta. Não o fizemos, entretanto, por timidez ou por imprevidência. Em 1980 preferimos lançar-nos em uma aventura desenvol-

vimentista e em 1981 e 1982, recuperar o crédito perdido através de uma política econômica recessiva. Ambas as políticas, apesar de seus sinais contrários, só agravaram a situação. E agora, levados a um funil de falta de alternativas agravado pela crise de confiança provocada pela ruptura de caixa do México, recorreremos ao FMI.

Com nossas reservas liquidadas, é claro que nosso poder de barganha diminuiu. Mas assim mesmo é preciso que não subestimemos a nossa própria força e a força da sociedade brasileira. Afinal o Brasil é uma grande economia industrial, um parceiro importante dos países capitalistas centrais. E a própria dimensão da nossa dívida nos dá poder, na medida em que uma ruptura de caixa no Brasil teria graves conseqüências sobre as finanças dos nossos credores.

Os grandes bancos sabem disso, e por esse motivo estão servindo de intermediários do Brasil junto ao FMI. O presidente Reagan sabe disso, e em conseqüência está chegando ao Brasil. O aval do FMI é nesse momento essencial para que se restabeleça a confiança dos pequenos bancos e dos capitalistas privados internacionais. Apenas os grandes bancos, cujos ativos estão inclusive diminuindo devido à crise internacional, não têm condições de financiar a dívida brasileira sozinhos.

Espera-se que o FMI exija do Brasil a continuidade e talvez o agravamento da atual política recessiva. Diminuição dos subsídios agrícolas e das despesas estatais, visando ao mesmo tempo combater a inflação e reduzir as importações (via mais recessão), é a receita mais provável. Uma maxidesvalorização provavelmente está descartada, já que o Brasil conseguiu a prorrogação do crédito-prêmio de exportação de 11%, mas o aceleração das minidesvalorizações é inevitável.

Ora, no debate que se vai travar é importante que os negociadores (brasileiros e do FMI) tenham em mente duas coisas: primeiro, que a inflação não é o principal problema brasileiro, já que sabemos conviver com ela; segundo, que o atual desequilíbrio de nossas contas correntes (exceto juros) é transitório. Ele não é devido a uma taxa de câmbio gravemente distorcida, nem a um consumismo desenfreado das classes dominantes brasileiras (embora nessa área haja abusos). O déficit na balança comercial e de serviços é hoje devido principalmente à deterioração das relações de troca do Brasil, e, portanto, deve ser transitório.

Por isso, é necessário que utilizemos o poder de barganha que ainda nos resta para estabelecer condições razoáveis no acordo com o FMI. Continuar e agravar a atual política recessiva é um suicídio econômico, pois não resolverá os problemas do País. É preciso pensar em políticas alternativas, que restrinjam importações, mas evitem a recessão generalizada. Os obstáculos nesse sentido são muitos, inclusive o conservadorismo monetarista de ambos os lados, mas é preciso ficar claro que a sociedade brasileira não está disposta a aceitar nenhum tipo de acordo. (30/11).

### **Ineficiência da recessão e acordo com o FMI**

O acordo que o Brasil e o FMI estão prestes a firmar, sob a égide do governo norte-americano e dos grandes bancos daquele país, deverá ter como consequência o aprofundamento da recessão em 1983, sem que os problemas financeiros do País sejam efetivamente resolvidos. Como não haverá o reescalamento da dívida, mas apenas o fornecimento de alguns fundos de emergência e um “aval” de valor muito relativo, é provável que em meados do próximo ano estejamos novamente às voltas com uma operação de salvação, semelhante à atual, não obstante as medidas indiscriminadamente recessivas que nos serão impostas.

Só não serão adotadas essas medidas – especialmente uma violenta redução do déficit público e o agravamento das presentes restrições monetárias – se os nossos negociadores e os do FMI afinal se aperceberem de que a política econômica ortodoxa recessiva não se aplica ao caso brasileiro.

Muito sumariamente, pode-se afirmar que a política de estabilização ortodoxa, de caráter recessivo, não se aplica ao Brasil pelas seguintes razões:

Primeiro, porque esse tipo de política foi formulado para resolver, primordialmente, problemas conjunturais de desequilíbrio na balança de transações correntes. Ora, além do desequilíbrio conjuntural na balança de transações correntes excluídos os juros, o Brasil enfrenta um gravíssimo problema de endividamento, cuja dimensão não estava prevista.

Segundo, a política ortodoxa impõe que os desequilíbrios existam em um ou outro país isolado, enquanto a crise atual é generalizada. É a fase de desaceleração de um ciclo econômico longo, que atinge todo o sistema capitalista e até o sistema estatal soviético.

Terceiro, essa política pressupõe que o desequilíbrio na balança comercial (que no Brasil não existe) e de transações correntes e que a inflação são causados por um excesso de demanda: por salários crescendo mais do que a produtividade e por despesas do Estado e investimento das empresas crescendo mais do que cresce o produto. Ora, o Brasil vive um processo de desaceleração econômica desde 1974 e um processo de recessão desde 1981. O desequilíbrio externo e a inflação hoje em curso no Brasil definitivamente não são decorrência de excesso de demanda, nem do déficit público ou das emissões de moeda. Estas simplesmente sancionam uma inflação em curso, que decorre do permanente repasse de custos para preços que as empresas praticam e a correção monetária oficializa.

Quarto, em um país como o Brasil, em que o coeficiente de importações (importações em relação à renda nacional, ou, mais especificamente, em relação ao PIB) é tão baixo – cerca de 9%, ou 5% excluído o petróleo –, a estratégia da política econômica ortodoxa de provocar recessão para baixar importações é extremamente ineficiente. Diferentemente dos pequenos países, onde o coeficiente de importações é alto, aqui é preciso uma redução muito grande da renda nacional para uma pequena redução das importações.

Quinto, a recessão é também uma forma extremamente ineficiente de combater a inflação no Brasil, dado o caráter oligopolizado e indexado da economia brasileira. A inflação só cai um pouco na recessão porque a diminuição de margens do setor competitivo acaba pesando mais do que a elevação perversa de margens das empresas do setor oligopolista, as quais, diante da diminuição de suas vendas, tendem a elevar suas margens de lucro de forma combinada.

Sexto, a política econômica recessiva ortodoxa geralmente vem acompanhada de liberalização de preços, desvalorização da moeda e reduções dos salários, a partir do pressuposto de que os preços relativos estão artificialmente distorcidos. Ora, no Brasil estas distorções, embora existentes, são pequenas e decorrem em grande parte da própria política recessiva já em marcha, como é o caso dos juros reais absolutamente insuportáveis. Talvez haja certa valorização do câmbio, mas muito moderada, não justificando alterações drásticas. Há também algumas distorções nos salários, provocadas inclusive por erros técnicos da atual lei salarial, mas seus três princípios básicos – semestralidade, redução do leque salarial e indexação mais aumento da produtividade – estão corretos.

Os pressupostos em que se baseia a política econômica ortodoxa de estabilização não se aplicam, portanto, à presente crise da economia brasileira. Este fato torna a utilização da terapêutica recessiva extraordinariamente custosa para o Brasil. É uma terapêutica que lembra a sangria dos antigos médicos. Não cura os males do paciente; ao contrário, agrava-os na medida em que reduz suas resistências. Poder-se-á alcançar, a curto prazo, uma certa redução na inflação e alguma queda nas importações. Mas, como os últimos dois anos de recessão já deixaram claro, os ganhos nesta área são mínimos, definitivamente não compensando os prejuízos.

Ora, os prejuízos são a curto, a médio e a longo prazo. A curto prazo, temos o desemprego, em um país onde não há auxílio-desemprego e a população cresce a 2,4% ao ano, enquanto nos países centrais onde essa política foi formulada há auxílio-desemprego e a população pouco cresce, quando não decresce; temos as falências e concordatas, em um país que mal começou a capitalizar-se.

A médio prazo, temos a redução de nossa capacidade de absorver tecnologia industrial e, em conseqüência, a perda de competitividade de nossas exportações, com graves prejuízos para o atual desequilíbrio externo que justamente é preciso sanar.

A médio e a longo prazo, temos a instabilidade social e a decadência econômica. Temos a desindustrialização do Brasil – sua argentinização.

Os negociadores brasileiros e do FMI, mas também os empresários, os economistas e a opinião pública brasileira, deverão considerar esses fatos antes de tomar medidas irrealistas.

Mas, se tudo isso for verdade, nem por isso deixa também de ser verdade que a economia brasileira se encontra em um estado de insolvência. O que fazer então?

Não cabe aqui formular uma receita alternativa para a saída da crise. Mas é preciso definir alguns de seus pontos básicos.

Primeiro, é preciso considerar que um saldo de 6,9 bilhões de dólares na balança comercial, como está sendo previsto, é um contra-senso. Em conseqüência, é preciso que o Brasil – e o FMI (por que não?) – use seu poder de barganha para conseguir mais fundos para o próximo ano, inclusive com a participação efetiva dos bancos centrais dos países credores. Na verdade, a

única renegociação que faz sentido hoje para o Brasil deve comportar reescalonamento da dívida. Caso contrário, nos próximos meses estaremos às voltas com as mesmas dificuldades.

Por outro lado, é preciso tomar uma série de medidas que, sem violentar o mercado, corrijam suas distorções e garantam a retomada do crescimento. Entre essas medidas é necessário: (1) aprofundar os controles seletivos de importação; (2) restabelecer os controles de preços sobre os setores oligopolistas; (3) desvincular ligeiramente a taxa de correção monetária da taxa de desvalorização cambial e acelerar esta última; (4) elevar as receitas do Estado onerando especialmente os rentistas e os altos lucros oligopolistas; (5) impor à correção monetária dos empréstimos (ORTN) um diferencial em relação à taxa de inflação semelhante ao que foi feito com os aluguéis; (6) desvincular os juros internos dos juros externos através de alguma forma de estímulo à tomada de empréstimos externos (esse estímulo deverá ser financiado pelos recursos tributários adicionais); (7) reduzir lenta mas seguramente o déficit público, através principalmente da progressiva eliminação dos subsídios à agricultura; (8) eliminar os erros técnicos da atual lei salarial, principalmente aqueles que levam a um salário médio crescente quando a inflação é decrescente e vice-versa; (9) elevar as despesas do Estado nos setores de serviços públicos e de construção absorvedores de mão-de-obra e de baixo coeficiente de importações ou então poupadores de divisas e/ou de energia; (10) afrouxar os limites quantitativos de crédito, de forma a reduzir a taxa de juros e estimular a demanda sem, todavia, abandonar um firme controle da quantidade de moeda; e (11) definir imediatamente uma política industrial e de exportações que privilegie o desenvolvimento dos setores tecnologicamente de ponta e ao mesmo tempo trabalho-intensivos, de forma a aumentar a competitividade desses setores no mercado interno.

Essas são algumas medidas de uma política econômica alternativa, de caráter administrativo. É essencial que se tenha em mente a existência dessa alternativa quando se verifica que os pressupostos de uma política econômica ortodoxa, recessiva, não se aplicam ao Brasil, e que sua terapêutica é ineficiente no nosso caso. Não há nenhuma dúvida de que será preciso, nos próximos anos, apertar os cintos no Brasil. Que uma política de austeridade é inevitável. As restrições administrativas às importações, por exemplo, poderão causar uma recessão de oferta, devido à falta de certos insumos ou equipamentos. É um risco que é razoável correr.

Se precisamos de austeridade, entretanto, vamos adotar uma austeridade inteligente, baseada em uma política econômica administrativa que, sem violentar o mercado, o controle; que, aumentando os investimentos, aumente a poupança ao invés de tentar aumentar a poupança via aumento de juros; que penalize os rentistas, os lucros monopolistas e os altos ordenados ao invés de se concentrar na redução dos salários; que não considere a inflação e sim a dívida externa o principal problema do Brasil; e que arrisque a cometer erros no plano das decisões econômico-administrativas – essas que podem ser sempre e permanentemente corrigidas – ao invés de nos deixar com a certeza de que não resolveremos mas só agravaremos nossos problemas se for adotada uma política econômica de estabilização ortodoxa, recessiva – uma política na qual já embarcamos há dois anos e agora, com o FMI, tendemos tragicamente a aprofundar. (07/12)

### **As duas tarefas diante da crise**

No presente momento, em que o Brasil recorre ao FMI e está prestes a assinar a carta de intenções com aquela entidade para evitar uma iminente ruptura de caixa, é inútil concentrar nossa atenção em críticas ao próprio FMI ou então ao governo. Este, sem dúvida, ao se ver forçado a recorrer ao FMI, em função de um somatório de equívocos em sua política econômica, não tem condições de esconder de ninguém seu próprio fracasso. E diante da própria crise, encontra-se paralisado. O FMI e os banqueiros internacionais, por sua vez, são sem dúvida parte central da ordem internacional dominante, mas o essencial, agora, é perceber que essa ordem também está em profunda crise e que seus representantes estão também imobilizados, sem saber o que fazer. Sua aderência a fórmulas ortodoxas superadas de política econômica, que muitas vezes têm como consequência apenas agravar a crise, é uma indicação clara desse fato.

Aliás, é próprio das crises a paralisação dos governos e de suas políticas econômicas. Estas acabam sendo tragadas pela dinâmica da própria crise. Mas também é próprio das crises que novas instituições surjam, que idéias novas e novas soluções se tornem presentes, que não apenas a estrutura produtiva mas também as formas de poder se transformem.

E as sociedades em que a superação daquela paralisação ocorrer mais rápida e profundamente serão aquelas que terão melhores condições de voltar a crescer e a se renovar. E, eventualmente, de construir uma sociedade menos desigual.

Ora, a partir dessa perspectiva, duas tarefas são essenciais no momento: a) no curtíssimo prazo, discutir as condições do acordo com o FMI que sejam menos danosas para o País e menos injustas para os diversos setores da sociedade; b) em seguida, e à luz da presente crise e do resultado das eleições, discutir novas formas institucionais e políticas que devolvam legitimidade e representatividade ao governo que se constituirá no Brasil daqui a dois anos, para que a superação mais definitiva da presente crise possa ocorrer.

Em relação à primeira tarefa, já que alguma forma de austeridade é inevitável, o essencial é, de um lado, não embarcar em austeridades inúteis e, de outro, não onerar injustamente os diversos setores e classes sociais. Austeridade inútil é, por exemplo, reduzir importações via recessão generalizada em vez de controles seletivos de importações; é cortar as despesas do governo abrupta e indiscriminadamente, em vez de gradual e setorialmente. Austeridade injusta é, por exemplo, onerar os agricultores com o corte violento dos subsídios creditícios sem compensá-los com um efetivo aumento de preços; é passar para uma política de arrocho salarial, a base de um INPC "expurgado", em vez de corrigir a lei salarial, que, de fato, vem permitindo aumentos inflacionários de salários acima da produtividade.

Entretanto, essas e outras medidas mais profundas, que terão de ser adotadas nos próximos anos, para que afinal superemos a crise econômica em que vivemos, não poderão ser tomadas por um governo sem representatividade e sem legitimidade, porque isto lhe retira autoridade. Ora, as eleições de 15 de novembro de 1982, ao atribuírem dois terços dos votos aos candidatos da oposição, ao mesmo tempo que permitiram formalmente que o governo se perpetue no poder por mais oito anos (dois mais seis), só agravaram a atual crise de representatividade e de legitimidade. Temos assim um governo duplamente paralisado pela crise econômica e pela falta de autoridade política. Uma solução política e institucional para esse problema, com a participação de toda a sociedade, torna-se, portanto, a segunda tarefa imperativa do presente momento. (14/12)

## A eventualidade da moratória

Jamais o noticiário econômico ganhou tanto destaque quanto atualmente. A ameaça de uma ruptura de caixa ou moratória do País, a assinatura da carta de intenções com o FMI,

os prognósticos de agravamento da recessão em 1983, as promessas dos ministros de que tal não ocorrerá, a análise das medidas claramente recessivas já aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional, a significativa ausência do presidente da República da condução das negociações, o futuro da lei salarial são alguns dos temas mais analisados.

Diante disso, o leitor leigo mas informado — e o número deles felizmente é crescente neste país — sente-se confuso, inseguro, ameaçado. Mas os próprios economistas também se sentem perplexos. Na última semana, diante de tantas notícias e confusões, um dos melhores economistas deste país declarava-me: “Não estou entendendo mais nada”.

E não é para menos. As autoridades econômicas afirmam que a economia crescerá 2% no próximo ano, mas fazem um violento corte nos investimentos e nas despesas das empresas estatais e reduzem substancialmente os subsídios agrícolas, ao mesmo tempo que mantêm os limites quantitativos ao crédito e estabelecem limites rígidos para o aumento da quantidade de moeda. Aquelas autoridades, novamente, falam de uma inflação de 70% em 1983, mas desvalorizam o cruzeiro e prometem eliminar a defasagem nos preços de suas empresas (petróleo, aço, energia elétrica). Ainda que essas medidas sejam corretas, são incompatíveis com a redução na taxa de inflação. Nossas autoridades econômicas, finalmente, afirmam todos os dias que não renegociarão a dívida, quando a estão negociando, que não recorrerão ao FMI, quando já o fizeram, que não declararão moratória, quando isto não depende mais delas e só será evitável se o governo dos Estados Unidos, em defesa de seus bancos, decidir evitar essa ruptura através de uma contínua cobertura dos débitos de curto prazo que estão vencendo todos os dias.

Mas, se é impossível, nestas circunstâncias, compreender o significado real das medidas que estão sendo tomadas, é preciso também não nos preocuparmos em demasia com elas.

Sem dúvida as medidas, se forem cumpridas, serão desastrosamente recessivas. A redução dos investimentos e despesas públicas e a manutenção de taxas de juros elevadíssimas inviabilizando os investimentos privados têm esse caráter. Mas quem assegura que elas serão cumpridas? As pressões e a indignação da sociedade são muito grandes, e não é porque as eleições já passaram que as autoridades econômicas terão toda a liberdade para embarcar em um monetarismo suicida.

Mas a alternativa a essas medidas não é a ruptura de caixa, a interrupção dos nossos pagamentos internacionais? Tal-

vez. Mas será que a moratória não acabará sendo melhor do que essas medidas? Sem dúvida teremos graves problemas. Seremos obrigados a pagar a vista todas as nossas importações, não haverá divisas para isto; e um complexo e violento controle seletivo de importações será inevitável. Poderemos ter, em consequência, falta de determinados insumos básicos e recessões setoriais de oferta. Mas tudo isto não será melhor do que a recessão prolongada e sem esperanças que está implícita nas últimas medidas governamentais?

Afinal, em meio à crise desencadeada pela ruptura de caixa, seremos obrigados a nos voltar mais para o mercado interno, seremos obrigados a administrar com mais decisão nossa economia, em vez de sermos dirigidos por nossos credores e pelos economistas ortodoxos daqui e de lá que acreditam no mercado, na recessão e no desemprego para estabilizar a economia brasileira. (21/12)

### **Uma perspectiva otimista a partir da ruptura de caixa**

Não me recordo de um fim de ano em que as incertezas e o pessimismo sobre o desempenho da economia brasileira em relação ao ano seguinte fossem maiores do que neste momento. E, no entanto, não estou pessoalmente pessimista. Minha intuição, mais do que a minha certeza, é de que, afinal, depois de uma provável ruptura de caixa, a crise será superada sem que entremos em um processo de desindustrialização e decadência, como aconteceu com a Argentina e o Chile.

É certo que as razões para o pessimismo em relação a 1983 são objetivas. O processo de endividamento externo brasileiro afinal alcançou o limite previsto pelos críticos de política econômica oficial, e o País foi obrigado a recorrer ao FMI. Dois anos de política econômica recessiva não foram naturalmente suficientes para sequer encaminhar a solução do desequilíbrio externo. Este continuou a agravar-se. E o processo culminou com a crise generalizada do sistema financeiro privado internacional, em setembro, acelerada pelas quebras de caixa do México e da Argentina. Perdida a confiança dos credores – especialmente dos pequenos credores – na possibilidade de pagamento do Brasil, nossas magras reservas esgotaram-se e entramos em situação de insolvência.

Agora, apesar da “operação de salvamento” do FMI, do governo norte-americano e dos grandes bancos, as perspectivas que se abrem para o Brasil são de uma iminente quebra de

caixa. A grande esperança é que o “aval” do FMI e dos grandes bancos devolva a confiança às centenas de pequenos credores, que forneceram crédito de longo prazo através dos grandes bancos e crédito de curto prazo de financiamento de importações correntes. Mas não há indicações de que a confiança venha a se restabelecer.

Nesses termos, a ruptura de caixa do Brasil é um evento no mínimo provável. A alternativa é um drástico reescalonamento da dívida, mas não parece que o País terá tempo – como não teve antes coragem, quando havia tempo – para realizá-lo antes de declarar-se impossibilitado de pagar seus débitos.

Nesse quadro, a assinatura da carta de intenções com o FMI pouco adiantará. E a preocupação das pessoas de bom senso com as conseqüências de uma política econômica generalizadamente recessiva, do tipo recomendado por essa instituição, perde um pouco de sentido. Caso haja a ruptura de caixa, a política de maior contenção da demanda, através da diminuição do déficit público, deixará de ter prioridade.

Uma política econômica de austeridade continuará a ser essencial, na medida em que será necessário obter saldos crescentes na balança comercial que financiem pelo menos o déficit de serviços. Mas o problema fundamental será procurar saber como importaremos os insumos e equipamentos essenciais para a indústria até que o reescalonamento da dívida se realize e os fluxos financeiros internacionais do Brasil voltem à normalidade. A austeridade terá de ser setorializada e administrada, em vez de generalizada.

Especialmente os setores que dependem de insumos importados passarão então por momentos difíceis. A necessidade de pagamento a vista implicará controles administrativos das importações severos e complicados. Por outro lado, as pressões no sentido de substituição de importações e de redirecionamento dos padrões de insumo para mercadorias com menor componente importado serão fortíssimas.

Viveremos momentos difíceis, economicamente turbulentos, talvez dramáticos em 1983. Mas minha esperança ou minha previsão – na verdade um pouco das duas coisas – indicam que a sociedade brasileira será capaz de responder bem à crise. Poucos serão aqueles que virão dizer, como aconteceu na Argentina e no Chile, que a solução é abrir a economia, eliminar as barreiras alfandegárias, eliminar o déficit fiscal de pronto, liberar todos os controles administrativos que existem sobre a economia

“para que os preços relativos se realinhem”, cortar drasticamente a quantidade de moeda, elevar a taxa de juros, reduzir os salários através de novo violento arrocho salarial e, finalmente, provocar mais recessão, que eliminaria a inflação e reequilibraria a balança comercial.

E serão poucos, porque essas políticas já se revelaram ineficientes não apenas em outros países, mas também no Brasil nos últimos dois anos. Mais do que isto, entretanto, serão poucos porque, ao contrário do que acontece na Argentina e no Chile, não é uma aliança do capital mercantil exportador com o capital bancário que domina o Brasil. Neste país a aliança dominante básica é a do capital industrial e do capital bancário com as classes médias assalariadas tecnoburocráticas. Trata-se de uma aliança complexa, cheia de contradições internas, mas que tem um ponto comum, desde que certos setores do capital bancário ainda ligados ao capital mercantil especulativo forem excluídos: um forte comprometimento com a continuidade da industrialização brasileira.

Minha hipótese é de que, diante da crise, inclusive a ruptura provisória de caixa, esse comprometimento se aprofundará em vez de enfraquecer. Será um comprometimento da sociedade civil, a qual, da mesma forma que vem exigindo o restabelecimento da democracia no País, será capaz de forçar o governo, por mais confusos e paralisados que estejam seus membros diante da crise, a adotar as medidas de defesa da economia nacional necessárias.

O objetivo fundamental será, em 1983, alcançar uma taxa de crescimento positiva. Depois de um declínio do PIB de 1,9% (pelo menos) em 1981 e de uma provável estagnação em 1982, caso tenhamos um novo crescimento zero da renda global em 1983, a renda por habitante brasileira no final desse ano será quase 9% inferior à do final de 1980. Caso a renda por habitante volte a crescer a partir de 1984 à taxa histórica de 4%, só alcançará os níveis de 1980 em 1986. Essa já é uma perspectiva pessimista. Por isso, e dada a imensa capacidade ociosa já acumulada na economia brasileira, é possível imaginar para 1983 um desempenho já ligeiramente positivo do PIB, desde que a crise nos leve a aprofundar os controles administrativos sobre a economia, em vez de eliminá-los como uma política recessiva ortodoxa propõe.

Admito não ter certeza do que estou afirmando. Mas não creio que esteja sendo meramente otimista ou simplesmente in-

gênuo. A sociedade brasileira alcançou um estágio de desenvolvimento industrial e de consciência crítica de seus próprios problemas que autoriza uma atitude de otimismo, apesar da gravidade da crise. (*Senhor*, nº 93, 29/12)